

Aula 6

A ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO TURISMO

META

Propor ao aluno uma nova maneira de se abordar os estudos do turismo na geografia.

OBJETIVOS

Entender como podemos abordar o turismo em nossos estudos;
Identificar e diferenciar geografia do turismo e abordagem geográfica do turismo;
Caracterizar a abordagem geográfica do turismo.

Christian Jean-Marie Boudou

INTRODUÇÃO

O turismo, como fenômeno socioeconômico, é abordado por diversos ramos do conhecimento. Acreditamos que a gama de abordagens existentes seja devido às múltiplas dimensões que o turismo apresenta: espacial, temporal, simbólica, social, psicológica, econômica, administrativa... , entre outras.

A geografia, como ciência, pode contribuir para a compreensão do fenômeno, bastando à priori justificar o porquê do turismo se constituir um campo de estudo para a disciplina e delimitar como devemos abordá-lo enquanto geógrafos. É na definição própria da disciplina que encontramos as justificativas e diretrizes para o estudo do turismo enquanto fenômeno social, temporal e espacial.

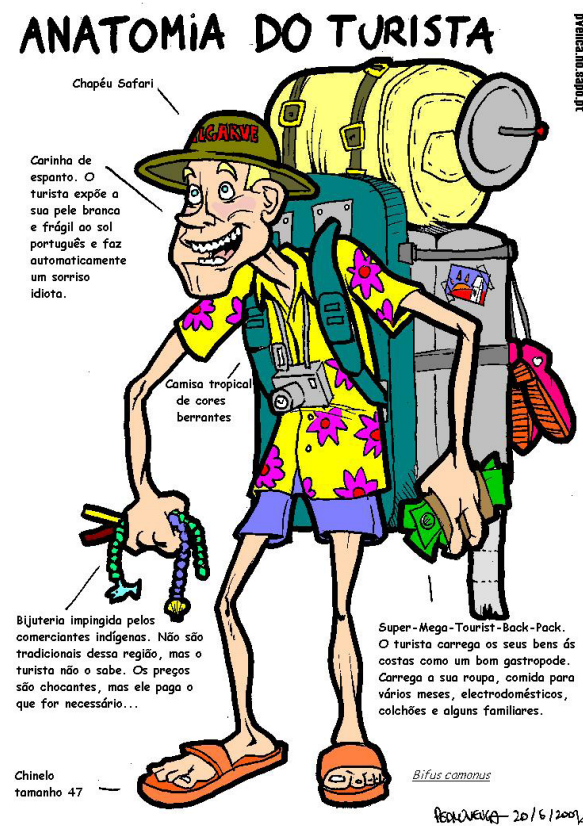
Os geógrafos, ao abordarem o turismo, encontram inúmeras dificuldades em suas pesquisas. Acreditamos que a principal dentre elas advém da escolha da definição de turismo e de turista escolhida para que o fenômeno seja abordado. Muitos pesquisadores utilizam as definições oficiais, que foram criadas principalmente com finalidades estatísticas, às quais vários obstáculos são postos à verdadeira compreensão do turismo. Demonstraremos neste presente trabalho os limites de algumas dessas definições oficiais e como essas mesmas dificultam a pesquisa do fenômeno estudado, assim como proporemos uma nova maneira de se abordar o fenômeno.

Por se tratar de um fenômeno complexo, onde as estatísticas são majoritariamente inexatas (aproximativas), a definição do turismo se torna complexa e difícil de ser delineada. Tentaremos aqui propor uma definição geográfica do turismo, sendo esta sistêmica, onde o estudo das práticas seria uma chave para a compreensão do fenômeno.



QUESTIONANDO AS ABORDAGENS ATUAIS

Outra grande dificuldade encontrada pelos pesquisadores, ao se estudar o turismo, encontra-se no fato de se abordar um fenômeno social repleto de imagens negativas. Inúmeros são os discursos (acadêmicos ou não) onde o turismo é acusado de todos os males. É comum encontrarmos severas críticas negativas, onde o turismo seria o responsável (acusado) pela destruição do meio-ambiente ou onde este teria sido extremamente prejudicial à uma determinada população... O turista, como agente direto e responsável por vários males, torna-se mal visto e inúmeros pesquisadores se negam como tal : o turista é sempre o outro, nunca nós mesmos!



Na história do turismo este fato é bem ilustrado quando vemos que os adeptos a esta desaprovação (em relação ao turista) se negue como tal, se autodenominando viajante. Para estes, o turista não sabe viajar, é alienado e destruidor, sendo o viajante aquele ser inteligente, que sabe se comportar nos destinos visitados, assim como sabe o que ver e o que fazer. Os estudos do antropólogo Jean Didier URBAIN (1993, 1994 e 1998) mostram bem como nossa sociedade possui um olhar negativo em relação ao turista, onde ninguém deseja ser classificado como tal.

Partimos do princípio que toda e qualquer atividade humana sobre o espaço provoca impactos, tanto positivos como negativos (sem contar que considerar um impacto como sendo negativo pode ser subjetivo, relativo). Assim sendo, é preciso que os geógrafos não se limitem às análises dos impactos negativos do turismo. É preciso trabalhar de forma científica, ou seja, analisando tanto os impactos negativos como os positivos.

Como havíamos dito anteriormente, outra dificuldade encontrada pelos geógrafos reside na dificuldade de se identificar, dentre as inúmeras formas de mobilidade, qual advém verdadeiramente do turismo. É fato que o turismo pode ser definido como uma forma de mobilidade, pois o deslocamento do turista é condição sine qua non para sua definição, porém, nem toda forma de mobilidade pode ser denominada de turismo. Na realidade, nem toda viagem é turística, assim como nem todo deslocamento para diversão pode ser classificada como sendo turística. Torna-se necessário, por exemplo, diferenciarmos o turismo do lazer, onde a mobilidade pode servir à diferenciação das duas práticas. As definições oficiais por vezes dificultam ainda mais os estudos do turismo, na medida em que várias mobilidades que não são “turísticas” são consideradas como sendo turismo e, segundo nossa análise, não podem ser consideradas como tal.

Para fazer frente a esta dificuldade propomos uma análise detalhada de algumas definições oficiais, para em seguida propor uma definição geográfica do turismo.

ANÁLISE E CRÍTICA DAS DEFINIÇÕES OFICIAIS

As primeiras estatísticas referentes ao turismo internacional mostram que no ano de 1939, 12 milhões de turistas foram contabilizados como fazendo turismo internacional. Em 1950 este número subiu para 25 milhões. A « explosão » do turismo após 1950 é um fato marcante da história contemporânea. Em apenas quarenta anos, de 1960 à 2000, o número de turistas internacionais foi multiplicado por dez: eram 70 milhões em 1960, 165 milhões em 1970 e mais de 700 milhões no ano 2000. Em 2010, mais de 940 milhões de pessoas foram contabilizadas fazendo turismo internacional.

Devido a essa ordem de grandeza, onde o número de turistas internacionais aumenta consideravelmente a cada ano, vários organismos oficiais foram criados nos diversos países para contabilizar e caracterizar o fenômeno. Várias definições de turismo e de turista foram forjadas e adotadas por diferentes órgãos e diferentes países, o que levou à termos hoje uma certa discrepância nessas definições, fato que causaria uma falsa caracterização do fenômeno.

A Organização Mundial de Turismo (OMT), o maior órgão inter-governamental a tratar de turismo, foi pioneira no estabelecimento de um conjunto de definições para uso geral. Com base nas suas definições

e diretrizes, inúmeros outros órgãos puderam contabilizar o turismo. Na atualidade, a maioria dos estudos envolvendo o turismo toma como referência as definições e estatísticas da OMT.

Constatamos que boa parte dos estudos realizados com base nos dados da OMT não permite uma verdadeira análise do fenômeno, pois as estatísticas abrangem vários tipos de mobilidade que não podem ser classificadas como sendo turísticas. Neste caso, ao analisarmos o turismo em um dado espaço, a importância do turismo pode ser bem maior ou bem menor que aquela realidade apresentada pela OMT.

Os dois principais critérios adotados pela OMT para se definir o turismo (o tempo e a motivação) são muito abrangentes e acabam por englobar práticas que não advêm do turismo. Conforme veremos a seguir, o tempo delimitado para ser considerado como turista é muito largo, assim como as motivações podem às vezes não terem nenhuma relação com o turismo.

AS DEFINIÇÕES DA OMT

A Organização Mundial de Turismo aconselha que todos os países elaborem suas estatísticas baseando-se nos mesmos princípios, porém ela assume que a realidade é outra pois “existem países com muitas fontes de dados turísticos, cada um com seu conceito sobre o turismo e sua definição e existem aqueles nos quais não foi desenvolvido nenhum sistema oficial de estatísticas turísticas”.

Segundo a OMT (1994), “o turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, por lazer, negócios ou outros“. Como vemos, o critério adotado leva em consideração o tempo (inferior a um ano) e as motivações (lazer, negócios ou outros). Tentaremos a seguir analisar cada um desses critérios para verificar se são verdadeiramente pertinentes e úteis para se compreender o fenômeno turístico.

Foram propostos também definições para turista, viajante e visitante. A OMT (1995) distinguiu os conceitos de viajante: « qualquer pessoa que viaje entre dois ou mais países ou entre duas ou mais localidades em seu país de residência habitual » e de visitante: « toda pessoa que viaja para um lugar diferente de seu ambiente habitual por menos de 12 meses consecutivos e cujo objetivo principal de viagem não é trabalhar remuneradamente no lugar visitado ».

A definição de turista da OMT é encontrada na sua definição de tipo de visitantes. Para efeito das estatísticas de turismo e de conformidade com os tipos de turista, os visitantes podem ser classificados como : visitantes internacionais (... toda pessoa que viaja por um período não superior a 12 meses, para um país diferente daquele em que reside, fora do seu entorno

habitual e cujo motivo principal não seja exercer uma atividade remunerada no país visitado ». Os visitantes internacionais podem ser turistas (visitante que permanece uma noite pelo menos em um meio de alojamento coletivo ou privado no país visitado) ou excursionistas (visitante que não pernoita num alojamento coletivo ou privado). Para a definição de visitantes internos, utilizou-se da mesma definição de visitantes internacionais, porém, neste caso, o visitante se desloca dentro do próprio país.

Quanto à classificação do motivo principal da visita dos turistas, a OMT propõe seis grupos para o turismo receptor, emissor e interno, são eles:

- a) lazer, recreação e férias ;
- b) visitas à parentes e amigos;
- c) negócios e motivos profissionais ;
- d) tratamentos de saúde ;
- e) religião/peregrinações ;
- f) outros motivos.

SERIA O TEMPO UM CRITÉRIO PERTINENTE DE DEFINIÇÃO?

Como vimos, a Organização Mundial do Turismo distingue entre os viajantes a categoria dos visitantes, que podem ser turistas ou excursionistas, dependendo do tempo da estadia. A OMT delimita o tempo mínimo (mais de uma noite) e máximo (menos de 12 meses) para ser considerado como turista com o propósito de contabilizar o fenômeno. Reconhecemos que essas estatísticas são indispensáveis aos pesquisadores e planejadores, porém acreditamos que os dados obtidos através desta lógica não nos permite de abordar de maneira precisa a natureza do fenômeno observado.

O primeiro critério utilizado para distinguir o turismo das outras formas de mobilidade (o tempo de estadia) leva à três categorias que consideramos muito grosseiras : excursionistas, turistas e outros (mais de um ano). Criticamos esses limites dados para definirmos um turista, pois eles são muito largos se levarmos em consideração que o visto de turismo mais longo é de 90 dias e que, na nossa sociedade a duração máxima das férias são de aproximadamente 30 dias. Ao levarmos em conta estas considerações, questionamos porque a OMT definiu como limite máximo um tempo que nunca teremos disponível para fazermos turismo (12 meses).

Ao colocar um limite máximo muito extenso, a OMT não consegue distinguir outras formas de mobilidade que não advêm do turismo, como os intercâmbios estudantis por exemplo, que normalmente não ultrapassam um ano.

ANÁLISE DA MOTICAÇÃO COMO SEGUNDO CRITÉRIO DE DEFINIÇÃO DE TURISTA

A motivação, junto com a delimitação do tempo, é um outro critério utilizado para diferenciar o turismo das outras formas de mobilidade. Também achamos necessário analisarmos esse critério por acreditarmos que ele leva à contabilização de inúmeras outras práticas sociais que não advém do turismo. Podemos afirmar que, grosso modo, todos os motivos de mobilidade podem se enquadrar na categoria de turismo.

Ao analisarmos a definição de visitante da OMT (que pode ser um turista), onde esta organização afirma que o « ... motivo principal não seja exercer uma atividade remunerada no país visitado », acreditamos ser esta uma definição vaga e contraditória. Não entendemos o fato de encontrarmos como uma das motivações do turista os negócios e motivos profissionais, sendo que não se pode exercer uma atividade remunerada para ser considerado turista. Ora, em uma viagem à negócios exercemos sim uma atividade remunerada, pois viajamos não para diversão e sim para trabalho, que necessariamente deve ser remunerado.

Será que podemos classificar como sendo turísticas atividades que, como as viagens de negócios, não são exercidas por livre escolha da pessoa, mesmo que ela utilize equipamentos que também são destinados aos turistas (como hotéis, resorts, avião...)? Um empregado que viaja para um resort pela sua empresa, para uma formação ou capacitação, não tem a possibilidade de recusar sua viagem, nem de escolher o destino, muito menos o que vai fazer no tempo que permanecer no local visitado. Seu deslocamento é pago pela empresa e sua viagem é por causa de seu trabalho. Mesmo havendo certos momentos nos quais eles sejam liberados para fazerem o que desejam, é difícil neste caso falar-se de turismo.

O fato de encontrarmos religião e peregrinações como sendo uma motivação da categoria turismo também pode ser questionado. Sabemos que as peregrinações constituem uma prática religiosa muito comum na Idade Média, e que se tornaram uma das características mais marcantes deste período histórico. No caso das peregrinações cristãs, elas remontam aos primeiros séculos da Igreja e, originalmente, tinham como pontos de chegada destinos considerados sagrados, como a Terra Santa, por exemplo, onde se encontra o Santo Sepulcro, local que, segundo a fé cristã, Cristo fora sepultado, ressuscitando posteriormente (McGonigle, 1988, 148).

A peregrinação religiosa é uma prática antiga, que move multidões consideráveis, talvez por isto se assemelhe com o turismo. Mas será que podemos considerá-la como turismo? Em primeiro lugar, devemos admitir que num mesmo local de peregrinação é possível encontrarmos peregrinos crentes e turistas que não acordam sentido religioso nenhum à sua presença neste local. Em segundo lugar, afirmar que a peregrinação é um

tipo de turismo levaria a crer (ou a afirmar) que o turismo sempre existiu. Poderíamos afirmar, neste caso, que as Cruzadas rumo à Jerusalém eram uma forma de turismo ?

Partimos do princípio que o turismo é um fenômeno historicamente datado e localizado, que surgiu na sociedade ocidental durante a Revolução Industrial, na Inglaterra. Segundo Mirian Rejowski et al. (2002, p.42), em meados do século XVIII, as transformações provocadas pela Revolução Industrial começaram a contribuir para o estabelecimento do turismo tal como é conhecido na atualidade”. Admitindo-se que as peregrinações datam de antes da Revolução Industrial, não concordamos em afirmar que as peregrinações seriam um tipo de turismo. Segundo SACAREAU, I. e STOCK, M. (2003), amalgamar turismo e peregrinação seria tirar a realidade social do turismo do contexto de sua emergência, a Revolução Industrial, e impedir de analisar a historicidade dos fenômenos e suas filiações.

Outro problema encontrado nas motivações do turismo seria a existência da categoria “lazer, recreação e férias”. Na realidade, embora esses termos sejam próximos, eles não são equivalentes. Classificar “férias” como um motivo de viagem seria errado se considerarmos que férias, por definição, seria um período de descanso a quem têm direito os trabalhadores, período este propício a uma viagem turística, mas não necessariamente. Neste caso, férias constituiria um período de tempo e não uma motivação.

AS ESTATÍSTICAS LIGADAS AO TURISMO E A REALIDADE DO FENÔMENO

Outro questionamento que fazemos refere-se aos dados estatísticos apresentados pela Organização Mundial de Turismo e pelos outros organismos que seguem as diretrizes desta organização. Na realidade acreditamos que esses dados não mostram com precisão os números referentes ao turismo, mostrando às vezes apenas a “ponta do iceberg”. Os critérios utilizados pelos organismos oficiais são baseados em apenas alguns atos mensuráveis que deveriam caracterizar o turismo, como por exemplo, o ato de transpor uma fronteira. O simples fato de sairmos de um país não deveria necessariamente caracterizar o turismo.

Para o levantamento de dados referentes ao turismo interno no Brasil, alguns órgãos oficiais utilizam-se de contagens realizadas nas estradas brasileiras ou de dados fornecidos pelo setor comercial, como por exemplo, o número de hóspedes nos hotéis em uma determinada temporada, número de passageiros transportados por uma companhia aérea num determinado local e num determinado período, entre outros. Ora, o turismo não se reduz apenas ao setor comercial (hospedagem, transporte...), sem contar que estes não destinados apenas aos turistas.

Ao se estudar uma determinada estação turística, para mostrarmos a

importância do turismo no local, necessitamos de alguns dados, como o número de turistas por exemplo. Neste caso, como contabilizamos os turistas que não se hospedam nos hotéis ou pousadas e permanecem em habitações alugadas, de parentes ou residências secundárias? Em muitos casos, os dados referentes aos turistas que se hospedaram nos meios de hospedagens comerciais não servem para mostrar a realidade do fenômeno estudado.

Concordamos que os dados estatísticos são imprescindíveis ao estudo e ao planejamento do turismo, porém é preciso ter cautela ao fazermos um estudo científico se baseando em dados imprecisos e que podem mostrar outra realidade que a verdadeira do fenômeno em questão.

SOBRE A DIFICULDADE DOS GEÓGRAFOS EM SE ESTUDAR O TURISMO

Ao verificarmos a extensa produção acadêmica dos geógrafos referente ao estudo do turismo, constatamos que existe uma grande diferenciação das abordagens, na mesma ciência. É fato que vários geógrafos definem à sua maneira o turismo, outros se utilizam das definições oficiais (mesmo reconhecendo seus limites), isso conduz à uma produção ampla e às vezes contestáveis. Afirmamos que o determinismo ambiental, tão caro à geografia (embora necessário à sua evolução), ainda existe nos tempos atuais, na produção de muitos geógrafos estudiosos do turismo.

Hoje é cada vez maior o número de qualificativos acrescidos da palavra turismo, fato que não nos permite aprofundarmos no seu conhecimento e que só tende à dificultar o estudo do fenômeno. Alguns desses qualificativos retomam as grandes categorias do espaço, e o turismo torna-se então litorâneo ou de montanha, urbano ou rural. Ao se apoiar nas evidências do espaço como forma de diferenciar o turismo, estamos talvez criando uma tipologia que não permite diferenciar o turismo e, afastando-se assim da verdadeira compreensão do fenômeno. Será que realmente o turismo em meio rural é muito diferente do turismo em meio urbano? Seria o meio natural o que os diferenciariam?

O principal problema que encontramos nos estudos baseados nas características do meio natural é que na maioria das vezes estes justificam a existência do turismo devido às belezas naturais do meio, ou seja de suas « potencialidades » ou « atrativos » naturais. Encontramos comumente discursos pregando uma certa « vocação » dos lugares em função das qualidades ambientais dos mesmos. Justificar o turismo pelas qualidades do meio não seria um retorno ao determinismo geográfico?

Para contestar esta abordagem basta admitirmos que, embora o litoral ou a montanha constituem elementos naturais hoje privilegiados pelos turistas, nem todos os espaços litorâneos são turísticos. Se uma praia tropical de águas claras teria uma vocação em ser um espaço turístico, porque então nem todas as praias com estas características não são?

Alain CORBIN, em seu livro *Le territoire du vide*, nos mostra ao estudar o litoral europeu no período de 1750 à 1840, como um espaço pode ser inventado. Este historiador relata como as cidades litorâneas, durante séculos, ignoraram a praia, que não possuía nenhuma função importante na sociedade européia anterior ao século XVII. É óbvio que a praia já existia enquanto realidade física, mas, até por volta de 1750, este espaço era uma realidade repleta de representações negativas. Por isso CORBIN denominou esta área, até este período como sendo um território do vazio. É somente após 1750 que a sociedade projeta um novo olhar sobre este espaço, primeiro revelando suas propriedades medicinais e, segundo, como sendo um espaço para lazer e turismo. Ao criar um “novo olhar” sobre o litoral, a sociedade cria novas relações com este espaço. Ao inventar novas relações, novos olhares e novos usos do espaço, a sociedade está inventando um espaço e não descobrindo-o.

Acreditamos que o que determina a gênese e o desenvolvimento do turismo em um espaço não seja suas propriedades físicas, mas as novas relações (novo olhar) que a sociedade cria (ou inventa) sobre este espaço. Neste sentido, preferimos falar em “invenção” de um espaço turístico do que falar em “descobrimto” de um espaço turístico. Uma praia não é descoberta por turistas, ela sempre existiu, o que os turistas fazem é levar à este espaço novas práticas, novas relações com este meio. Um espaço litorâneo não possui vocação para as práticas balneárias, mas a sociedade, num determinado momento, buscará este espaço para exercer as novas práticas que surgiram neste período.

AS PRÁTICAS TURÍSTICAS COMO CRITÉRIO PARA A DEFINIÇÃO DO TURISMO

Como vimos anteriormente, muitas definições e abordagens do turismo são insuficientes para definir de maneira precisa o turismo. Propomos que ao invés de nos atermos às motivações para se definir o turismo, que nós aprofundássemos nas práticas dos turistas, assim como na maneira particular que estes se relacionam com o tempo e com o espaço.

Devemos, em primeiro lugar, considerar o turista como elemento central de nossa análise. Não podemos apenas considerá-lo como um fluxo ou um consumidor. Acreditamos ser o turista o elemento central dos estudos turísticos pois não existe turismo sem turista e apenas sua presença permite de definirmos um espaço turístico.

Podemos considerar como turista todo indivíduo que tem práticas turísticas. Embora pareça redundante, esta consideração pode ajudar na diferenciação de outras práticas que são consideradas como sendo turísticas e que na realidade não são. Uma prática turística consiste essencialmente numa prática que implica uma mobilidade, porém é preciso distingui-la de outras formas de mobilidade.

Na realidade existem vários tipos de mobilidade, como o turismo, o lazer, negócios, migrações, entre outras. Acreditamos que dois critérios podem distinguir o turismo das outras formas de mobilidade, são eles a escolha e o fato de situar-se fora do cotidiano. Desse modo, os deslocamentos para negócios não seriam considerados como turísticos, pois não existe escolha do indivíduo em se deslocar. Quanto ao lazer, este também se distingue do turismo por ser uma prática realizada no espaço do cotidiano.

As práticas turísticas seriam assim definidas como sendo práticas de recreação (ou de lazer) escolhidas e efetuadas num espaço situado fora do cotidiano do indivíduo. Neste sentido é necessário o deslocamento do indivíduo do seu lugar de residência à um outro lugar situado fora do seu cotidiano (lugares normalmente criados para e pelos turistas). Este deslocamento deve ser compreendido como uma mudança de lugar, ou seja, uma mudança de habitação. Ser turista significaria mudar temporariamente de habitação.

A recreação (ou o lazer) pode ser efetuada seja em lugares do cotidiano, seja nos lugares situados fora do cotidiano. Este fato nos permite distinguir o turismo do lazer, onde essas atividades são escolhidas livremente e se inscrevem num tempo fora do tempo de trabalho dos indivíduos. Essas atividades se diferem no fato de serem praticadas em espaços diferentes.

Neste sentido, podemos ter práticas de lazer em nossas residências, como a jardinagem ou a filatelia, assim como em lugares que necessitam um deslocamento, como nos clubes, parques, praias, entre outros.

O turismo se distingue do lazer pelo fato da recreação turística exigir um deslocamento, ou seja, uma ruptura temporária com o local de vida habitual. Como vimos, não podemos ser turistas em casa! Para ser considerado um turista, é preciso sair e ir viver temporariamente em outro espaço que o do cotidiano. O deslocamento constitui assim um ato imprescindível, diferentemente do lazer.

CONCLUSÃO

Concluimos com o exposto que devemos abordar o turismo pelo que fazem os turistas, ou seja, se deslocarem para recreação. Acreditamos ser esta uma abordagem que se aproxima mais da realidade estudada, pois as definições oficiais podem às vezes não mostrar as verdadeiras características do turismo.

Sabemos, porém que o turismo não se restringe apenas às práticas turísticas. Outros elementos estão envolvidos, como os espaços turísticos, os turistas que o praticam, o setor comercial necessário à realização do deslocamento e da estadia dos turistas, entre outros. É um conjunto de elementos na sociedade que reúne também os valores da mesma num dado momento.

O turismo constitui hoje um fenômeno que caracteriza a sociedade atual, onde estão envolvidos vários atores, desde os próprios turistas, à população local, as empresas, até os poderes públicos em níveis locais, nacionais e internacionais. Esses atores agem sobre o espaço em função de seus objetivos pessoais, econômicos ou políticos. Como os objetivos de cada um desses atores normalmente são diferentes (por vezes antagônicos), é comum termos conflitos nos espaços turísticos, o que dificulta profundamente o desenvolvimento desta atividade.

Uma boa maneira de abordar o turismo seria estudá-lo enquanto sistema. Onde o turismo seria definido, como propõem Knafou & Stock, (2003), como sendo um « sistema de atores, de práticas e de espaços que participam da « recreação » dos indivíduos pelo deslocamento temporário fora dos locais de vida do cotidiano ».



RESUMO

Ao ser abordado por várias ciências e outras áreas do conhecimento, o turismo possui uma pluralidade de abordagens. Dentro da nossa ciência já verificamos que as abordagens deste fenômeno estão se divergindo. Acreditamos que a principal causa dessa divergência, que impede a compreensão geográfica do fenômeno, seria a utilização de definições oficiais defasadas, que têm por objetivo aumentar as estatísticas, e não a compreensão do fenômeno. Propusemos aqui, uma nova maneira de se definir o turismo e o turista, para que possamos melhor compreender esse fenômeno.



ATIVIDADES

Procure artigos de geógrafos que trabalham com o turismo e verifique quais critérios eles utilizaram para se estudar o fenômeno. Faça uma análise crítica de suas conclusões.



AUTOAVALIAÇÃO

Procure verificar se você é capaz de explicar como podemos abordar o turismo em geografia sem termos que recorrer as definições oficiais.



PRÓXIMA AULA

Na próxima aula veremos como abordar a cultura em geografia.

REFERÊNCIAS

- KNAFOU, R. e STOCK, M., “Tourisme” in Lévy J. & Lussaut M.; Dictionnaire de la géographie et de l’espace des sociétés; Paris, Ed. Belin, 2003, pp.323-325.
- MCGONIGLE, T. D. A History of the Christian Tradition. New Jersey, Paulist Press: 1988. **Organização Mundial do Turismo**: Introdução ao turismo. São Paulo: Ed. Roca, 2001, 371p. **Organização Mundial do Turismo**: Turismo internacional: uma perspectiva global; São Paulo: Ed. Bookman, 2003, 253p.
- REJOWSKY, M. (org.) – **Turismo no percurso do tempo**; São Paulo-SP, Editora Aleph, 2002, 157p.
- URBAIN, J.D. : Secrets de voyage: menteurs, imposteurs et autres voyageurs invisibles. Paris: Editions Payot, 1998 , 465p.
- URBAIN, J.D. : L’idiot du voyage: histoire de touristes. Paris: Editions Plon, 1991.
- URBAIN, J.D. : Sur la plage: moeurs et coutumes balneaires. Paris: Editions Payot, 1994.